A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS PÚBLICAS: A PERCEPÇÃO DOS ENVOLVIDOS

Gilson Rogério Marcomini
Graduado em Administração. Mestre em Sistemas de Produção na Agropecuária.
Professor EBTT no Instituto Federal de São Paulo Campus São João da Boa Vista.
Telefone (19) 99819 3575. E-mail: Gilson.professor@yahoo.com.br;

Resumo

Com todas as mudanças ocorridas nos últimos anos, a escola também teve que passar por mudanças. O modo de gerir a escola de forma participativa foi incorporado ao sistema educacional público através da Constituição Federal de 1988 e, dessa maneira, a tomada de decisões é feito por toda a comunidade escolar, que precisa participar desse processo e decidir a melhor forma de gerenciar a escola, seja nos aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos, estruturais, etc. Desse modo, esse artigo se propõe a analisar se realmente está ocorrendo a gestão democrática em escolas públicas de ensino fundamental, e se a gestão democrática realmente ocorre, bem como acontece a percepção dos professores, funcionários, pais e alunos nesse processo. Foi aplicado um questionário aberto, com cinco questões, que abordavam os principais assuntos voltados para a gestão democrática das escolas e a percepção desses atores nesse contexto.

Palavras chave: escola, gestão, participação, sociedade, democrático

Introdução

Com todas as mudanças ocorridas no mundo nos últimos anos, sendo precipitadas com maior força nos anos 1990, a escola, de forma geral, abordando todas as suas formas, tipos e constituintes, desde o ensino fundamental até o nível superior, também sofreu e teve que passar por mudanças, visto que é uma instituição que faz parte da sociedade e existe para servir à mesma, através do aprendizado, conhecimento e ensino.

Entre as mudanças, talvez a de maior impacto diz respeito à forma de gestão das unidades públicas de ensino básico, que necessitaram olhar esse aspecto de outra maneira. A forma de gestão autocrática já não serve mais e não consegue ser eficaz nesse novo momento que se vive. A escola passou a ser dinâmica, envolvida em um conjunto de ideias e ações englobando-se a comunidade em que está inserida. (Bezerra, 2001)

E esse modo de gerir a escola de forma participativa foi incorporado ao sistema educacional público através da Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 205 e 206, que a educação consta de um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovido e incentivado a participação da sociedade. Também institui a gestão democrática do ensino público (artigo 205 e 206 - CF/1988)

Em consonância, a Lei nº 9.394, de 1996, expõe em seu artigo 14 as diretrizes da gestão democrática do ensino público na educação básica, expostos pelos incisos I e II:

> I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
>
> II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes. (BRASIL, 1996)

Do mesmo modo, o artigo 15 da mesma lei cita:

> Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996)

Desse modo, a gestão das escolas deixa de ser centralizado na pessoa do diretor da unidade e passa a ser descentralizado para todos os atores participantes do processo educacional, quer sejam os próprios diretores das unidades de ensino, como também os coordenadores, os professores, pais de alunos, funcionários das escolas entre outros, que devem se organizar para poder gerir a escola na busca pelos seus objetivos (Lei nº 9.394, de 1996).

Nesse contexto, Veiga (2004, p. 19) expõe que:

> A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 2004, p. 19) Para Luck (2000 p.15-16), a gestão democrática:

> Surge do entendimento de que, professores, equipe técnico-pedagógica, funcionários, alunos, pais, comunidade, todos, não apenas fazem parte do ambiente cultural, mas o formam e constroem, pelo seu modo de agir, em vista

> do que, de sua interação dependem a identidade da escola na comunidade, o seu papel na mesma e os seus resultados. (LUCK, 2000 p.1516):

Dessa maneira, o diretor da escola é a pessoa que delibera sobre os diversos aspectos que compreendem a gestão escolar, sendo o responsável pela execução das ações, mas não é mais o decisor da mesma. A tomada de decisões é feito por toda a comunidade escolar, que precisa participar desse processo e decidir a melhor forma de gerenciar a escola, seja nos aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos, estruturais, etc.

Segundo Xavier et al (1994, p.80), "a escola precisa, então, aliar a competência administrativa à competência pedagógica. É preciso ter estrutura, saber onde e como se quer chegar". Já Cury (2005, p. 17) analisa que a gestão democrática é:

> como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares é a forma não-violenta que faz com que a comunidade educacional se capacite para levar a termo um projeto político- -pedagógico de qualidade e possa também gerar 'cidadãos ativos' da sociedade como profissionais compromissados e não se ausentem de ações organizadas que questionam a invisibilidade do poder. (CURY, 2005, p. 17)

Para Bezerra (2001, p. 107), a gestão democrática:

> requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais, exige mudanças de paradigmas que fundamentam a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente para além dos padrões vigentes autoritários, desenvolvidos pelas organizações burocráticas. (BEZERRA, 2001, p. 107)

Outro aspecto importante dentro do escopo da gestão democrática é a elaboração e revisão constante do projeto político-pedagógico (PPP) de cada unidade de ensino pública de ensino básico, pois é através desse documento que a escola alicerça e organiza a sua atuação, detalhando as maneiras como os trabalhos educacionais e administrativos serão executados ao longo do ano, bem como as formas de controle e correção de imperfeiçoes.

Dessa maneira, com a elaboração do PPP a escola passa a possuir um instrumento valioso para alcançar os seus objetivos, sendo que o perfeito desencadeamento desse processo passa pela participação de todos os atores envolvidos no processo, desde a elaboração do documento, e sua aprovação por todos os membros participantes da gestão escolar, bem como o acompanhamento ao longo do ano da correta execução desse projeto.

Também é essencial que ao final de cada ano sejam realizados reuniões de fechamento e controle do devido projeto, onde são demonstrados todas as ações realmente executadas e aquelas que não puderam ser feitas, bem como a definição de atualizações e revisões do PPP, visando a busca dos objetivos da unidade escolar, bem como o seu perfeito desenvolvimento para os próximos anos.

Esse artigo se propõe a analisar se realmente está ocorrendo a gestão democrática em escolas públicas de ensino fundamental e, se a gestão democrática realmente ocorre, como que é a percepção dos professores, funcionários, pais e alunos nesse processo.

Metodologia

O estudo entrevistou cerca de quarenta pessoas, entre professores, alunos, funcionários e pais de alunos de oito escolas nas cidades de São João da Boa Vista, Tapiratiba, Divinolândia, São Carlos, Vargem Grande do Sul e Caconde.

Foi elaborado um questionário aberto, com cinco questões, que abordavam os principais assuntos voltados para a gestão democrática das escolas e a percepção desses atores nesse contexto.

As respostas foram coletadas através de entrevistas pessoais com as pessoas, em vários momentos, pelos quais os profissionais relatavam sua opinião sobre esses aspectos, e as respostas eram anotadas para posterior análise e desenvolvimento das conclusões do estudo.

As questões foram subdivididas em três grupos de análise, para facilitar o entendimento e a coleta de informações, visto que são questões abertas, onde cada respondente tem a liberdade de expressar sua opinião de forma livre.

No primeiro grupo, foi questionado às pessoas respondentes, sobre as funções da escola no momento atual e sobre o que a escola representa para a cidade, ou comunidade local. No segundo grupo, foi perguntado sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e no terceiro grupo foi efetivamente abordado o tema gestão democrática na escola.

Após a coleta dessas informações, partiu-se para analisar as respostas e obter-se as conclusões do estudo.

Resultados

Na primeira etapa do estudo, foi perguntado aos respondentes o que eles pensam sobre a função da escola e, como pode ser visualizado pela Figura 01, a maioria de todos os grupos de respondentes acredita que a escola é um local que tem a função de ensinar, transmitir conhecimento e formar cidadãos.

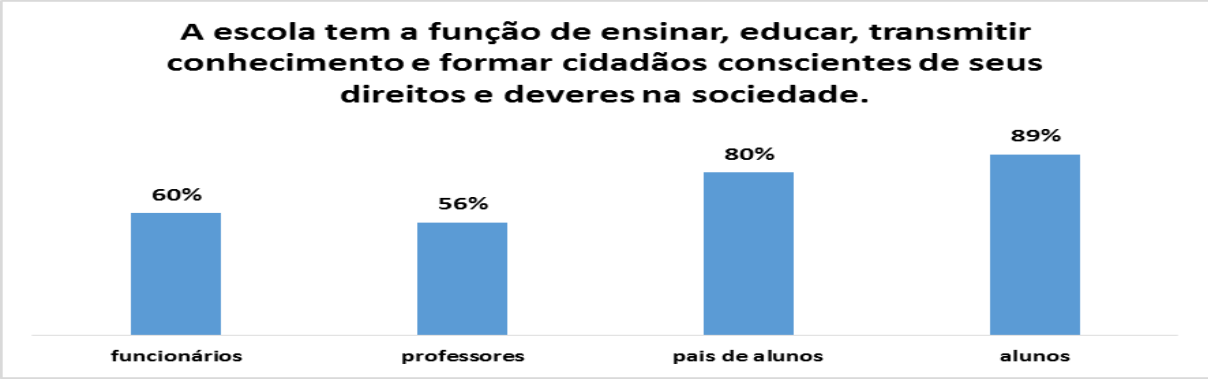

Figura 01: Qual a função da escola. Fonte: o autor

Ainda na primeira etapa, foi questionado aos respondentes sobre o que a escola representa para a cidade, ou o bairro onde a mesma se encontra, e os resultados, expostos pela Figura 02, demonstram que para grande parte das pessoas que participam da escola, a mesma representa um local de transformação na vida das pessoas.

Também pode ser visto que as opiniões são bem diversificadas, sendo que a escola é vista como espaço para aprendizado, integração da comunidade local e até como a própria representação do bairro onde está inserida.

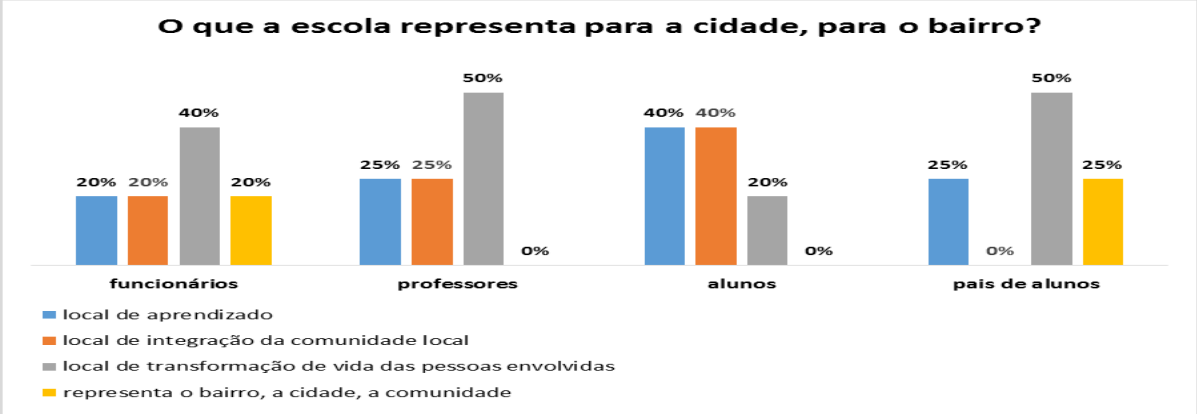

Figura 02: O que a escola representa. Fonte: o autor

Na segunda etapa do estudo, foi perguntado sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP), sendo feito entrevistas com funcionários, professores e pais de alunos. Pelo exposto na Figura 03, pode-se visualizar que boa parte dos respondentes afirma que a escola elabora e revisa o mesmo anualmente, com a participação da comunidade, bem como disponibiliza o mesmo para que a comunidade possa consultar, a qualquer momento.

Também é demonstrado que o PPP é elaborado com formas a proporcionar a interdisciplinaridade no contexto pedagógico, bem como todos os atores são convidados a participar de sua elaboração e revisão, demonstrando a gestão democrática nessas escolas.

Apenas uma pequena parcela dos respondentes afirma que o PPP é utilizado para a definição de objetivos e prioridades, mostrando que ainda é preciso melhorar esse contexto.

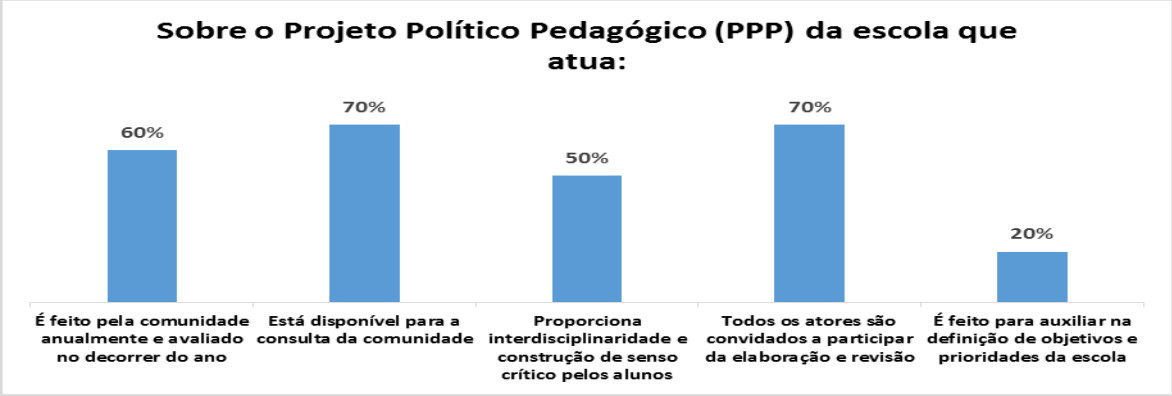

Figura 03: Sobre o Projeto Político-Pedagógico. Fonte: o autor

Por fim, na terceira etapa do estudo, foi perguntado sobre a Gestão Democrática na escola, onde pode ser visto pela Figura 04, que a grande maioria dos atores afirma que a escola é gerida de forma democrática.

Porém, apenas 68% dos respondentes afirmaram que participam da gestão democrática nas escolas que atuam, em virtude de não frequentarem as reuniões das assembleias convocatórias para tais finalidades.

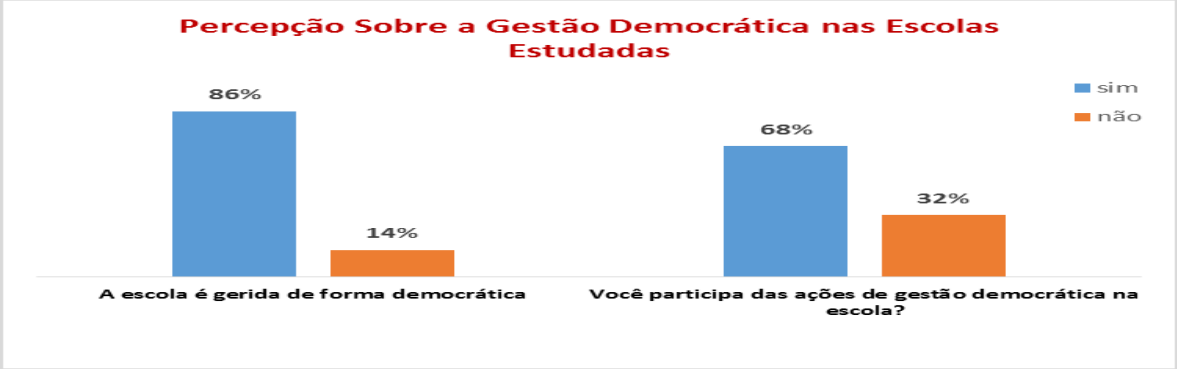

Figura 04: Sobre a Gestão Democrática. Fonte: o autor

Considerações Finais

Pode-se expor que nas escolas analisadas, a gestão democrática está sendo desenvolvida e ocorre a participação dos diversos atores envolvidos no processo educacional. Porém, alguns aspectos ainda precisam ser melhorados, como o aumento na participação das pessoas nas reuniões, bem como a utilização do projeto político-pedagógico como um instrumento eficiente de gestão.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em 15 jul. 2015.

BEZERRA, A. A. **A Gestão escolar numa perspectiva democrática.** Revista Amazônida, Ano 6, v. 2, p. 101-111, 2001, Manaus

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (CF/88). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 15 jul. 2015.

CURY, C. R. J. **Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino.** In: OLIVEIRA, M.A.M. Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

LUCK, H. **Em Aberto: Gestão Escolar e Formação de Gestores.** Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000. ISSN 0104-1037

VEIGA, I.P.A. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. 3ª Edição. Editora Papirus, Campinas, 2004.

Xavier, A. C. R; Amaral Sobrinho, J. & Marra, F. **Gestão escolar: desafios e tendências.** Brasília, Ipea, 1994.